

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MULHERES MARCENEIRAS E AUTOGESTÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
ASPECTOS TRANSFORMADORES E OBSTÁCULOS A SEREM TRANSPORTOS NA
INCUBAÇÃO EM ASSENTAMENTO RURAL**

Carolina Orquiza Cherfem

São Carlos
2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MULHERES MARCENEIRAS E AUTOGESTÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
ASPECTOS TRANSFORMADORES E OBSTÁCULOS A SEREM TRANSPOSTOS NA
INCUBAÇÃO EM ASSENTAMENTO RURAL**

Carolina Orquiza Cherfem

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como exigência para a obtenção do Título de Mestre em Educação, na área de Concentração Processos de Ensino e de Aprendizagem.

Orientadora: Profa. Dra. Aida Victoria Garcia Montrone

São Carlos
2009

Dedico esta dissertação às mulheres marceneiras da Madeirarte, com minha profunda admiração, pela coragem de lutar e pela esperança nas possibilidades de mudanças. A essas Mulheres trabalhadoras, na luta pela terra, mães, donas de casa, agricultoras, esposas, marceneiras, que tanto me ensinaram neste processo de pesquisar e que ampliaram a minha compreensão em torno do que é ser uma mulher feminista.

RESUMO

A presente pesquisa buscou investigar o processo de incubação da marcenaria coletiva autogestionária, a Madeirate, do assentamento Pirituba II, localizado no município de Itapeva/SP. A Madeirate iniciou-se a partir de um projeto de habitação social realizado no assentamento, em que foi implantada uma marcenaria para a construção dos componentes em madeira das habitações. A marcenaria foi assumida por um grupo de quatro mulheres, agricultoras, com mais de 45 anos, as quais iniciaram um empreendimento coletivo, integrando o projeto à possibilidade de trabalho e renda. Seguindo este contexto, os conceitos centrais desta pesquisa corresponderam às relações de gênero, na perspectiva do feminismo dialógico, e à economia solidária, na perspectiva da autogestão. O primeiro se deve à especificidade do trabalho de mulheres que desenvolvem a atividade de marcenaria, historicamente realizada por homens, em meio a uma sociedade na qual observamos desigualdades entre homens e mulheres e também entre mulheres. O segundo, deve-se ao contexto de um empreendimento pautado nas bases da economia solidária. Esta economia corresponde a uma busca de formas alternativas para a construção de um processo produtivo que contemple a solidariedade, capaz de relacionar o trabalho à possibilidade de melhores condições de vida, em meio à ideologia capitalista dominante. Dessa forma, esta investigação teve por objetivo refletir e dialogar sobre o processo de incubação da Madeirate, com ênfase nas relações de gênero, identificando os elementos transformadores e os que se apresentam como obstáculos, a fim de buscar formas de melhorias na prática cotidiana do trabalho das marceneiras. Para tal, apoiou-se, enquanto base teórico-metodológica, no conceito da aprendizagem dialógica, o qual está pautado fundamentalmente nas elaborações de Habermas (1987), sobre a ação comunicativa e, no conceito de dialogicidade desenvolvido por Paulo Freire (1994, 2005), ao conceberem as pessoas como sujeitos constitutivos do diálogo, além de atuantes no contexto social e por isso capazes de transformá-lo. A metodologia utilizada foi a comunicativa crítica, pautada nas perspectivas transformadoras evidenciadas pela intersubjetividade e reflexão, bem como na importância do diálogo na elaboração do conhecimento, o que implica clareza na interpretação dos próprios sujeitos da pesquisa. Assim, a partir dos espaços de diálogo estabelecidos durante a pesquisa, seguindo a coleta de dados estruturada pela análise dos diários de campo, entrevistas, observação participante e grupos comunicativos, os resultados alcançados permitiram interpretar a realidade vivenciada pelas mulheres marceneiras em suas práticas cotidianas, relacionando as possibilidades do trabalho às transformações pessoais conquistadas, bem como no entorno do assentamento. Os resultados permitiram identificar os elementos transformadores presentes na Madeirate, revelando inúmeras aprendizagens adquiridas e processos educativos construídos por mulheres no trabalho autogestionário. A pesquisa também identificou os elementos que se colocam como obstáculos nesta prática, indicando possibilidades para a sua superação. Com isso, buscamos contribuir com outros processos de incubação, bem como contribuir com práticas de mulheres envolvidas em empreendimentos solidários, mulheres que se tornaram protagonistas de suas vidas, mostrando que é preciso denunciar os processos de exclusão em que vivemos, mas também anunciar possibilidades de transformações históricas.

Palavras-chave: Mulheres Marceneiras, Relações de Gênero, Economia Solidária, Aprendizagem Dialógica, Práticas Sociais e Processos Educativos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: PRINCÍPIOS, VALORES E AUTOGESTÃO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....	25
1.1. A Sociedade da Informação e as possibilidades de transformações históricas.....	27
1.2. A Economia Solidária buscando transformações sociais: outro mundo é possível.....	33
1.3. A Educação como elemento estruturante da Economia Solidária: relações com a autogestão.....	39
2. A SOCIALIZAÇÃO DAS MULHERES: UMA REALIDADE HISTÓRICA DE OPRESSÃO E RESISTÊNCIA.....	45
2.1. As Relações Sociais de Gênero.....	50
2.2. As Mulheres no Mundo do Trabalho.....	54
2.3. Novos caminhos para as mulheres a partir da Economia Solidária.....	58
3. AS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO ESTUDO: APRENDIZAGEM DIALÓGICA, FEMINISMO DIALÓGICO E PESQUISA COMUNICATIVA CRÍTICA.....	63
3.1. Aprendizagem Dialógica: valorização de diferentes conhecimentos e aprendizagens em diálogo.....	64
3.2. O Feminismo Dialógico: um novo olhar sobre as mulheres e as relações de gênero.....	78
3.3. Metodologia Comunicativa Crítica: diálogo, reflexão e intersubjetividade no processo de pesquisa.....	84
3.4. O caminho metodológico realizado com as mulheres marceneiras.....	89
3.4.1. Técnicas de orientação comunicativa e instrumentos de coletas de dados.....	93
3.4.2. Compreendendo as análises dos dados.....	99

4.	DIÁLOGO ENTRE PESQUISADORA E MARCENEIRAS: ASPECTOS TRANSFORMADORES E OBSTÁCULOS A SEREM TRANSPOSTOS NA INCUBAÇÃO DA MADEIRARTE.....	102
4.1.	Mulheres na Marcenaria.....	102
4.2.	Economia Solidária.....	114
4.2.1	Solidariedade, Cooperação e Trabalho Coletivo.....	114
4.2.2	Organização, Administração e Gestão do Empreendimento Solidário.....	124
4.2.3	Diálogo, Informação e Comunicação.....	131
4.2.4	Geração de Renda e Viabilidade Financeira do Empreendimento.....	137
4.3.	Processos Educativos na Prática de ser Mulher Marceneira.....	146
5.	RELAÇÕES DE GÊNERO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONSIDERAÇÕES FINAIS A PARTIR DA PERSPECTIVA DA APRENDIZAGEM DIALÓGICA.....	160
	REFERÊNCIAS.....	172
	ANEXOS.....	178
	APÊNDICES.....	181

2. A Socialização das Mulheres: uma realidade histórica de opressão e resistência

“Você vê, até hoje eu escutava no dia internacional da mulher, já nem lembrava nesse dia, e tava falando que até hoje a mulher sofre, e principalmente se for negra, então isso da mulher trabalhar com coisas assim que vai longe...a gente não vai aceitar, entendeu?...Chega numa marcenaria e pergunta se tem uma mulher trabalhando, não tem, tem mulher que faz, mas só que ela é escondida, aparece o homem, mas a mulher não”

(Petúnia)

Vivemos em uma sociedade em que é nítida a desigualdade entre homens e mulheres, conferindo poder ao homem e gerando prejuízos para o desenvolvimento humano, especialmente das mulheres. Foi a partir da luta das mulheres e sua organização em movimentos próprios, ou seja, movimentos de mulheres, que a autoridade masculina sobre as mulheres e as diferenças exclusoras entre os sexos foram denunciadas como uma construção social injusta.

O Movimento Feminista se caracteriza como um movimento sociopolítico que luta pela defesa e ampliação dos direitos da mulher. Surgiu na primeira metade do século XIX, na Inglaterra e nos EUA, com o objetivo principal de conquistar direitos civis, como o voto e o acesso ao ensino superior. Ressurgiu na década de 60, nos EUA, com reivindicações mais amplas, como o direito à sexualidade e à igualdade com os homens no mercado de trabalho. Para o feminismo, as diferenças entre os sexos não se podem traduzir em relações de subordinação na vida social, profissional ou familiar e as qualidades ditas femininas ou masculinas são vistas como atributos do indivíduo e não de um ou outro sexo.

A partir da resistência e organização das mulheres em movimentos feministas, observamos muitas conquistas para superar a contradição entre os sexos. Este movimento denunciou a desigualdade, revelou-se contra as relações de gênero baseadas na dominação versus submissão e mostrou que ela não é natural, mas construída ideológica e historicamente. Revelou o duro cotidiano vivido por milhares de mulheres e salientou temas que incomodaram os valores estabelecidos, tais como a violência sexual, a violência doméstica, o direito a opção de ter ou não ter filhos, o direito ao prazer: “O feminismo desnudou a realidade das mulheres trabalhadoras. Deu-lhes visibilidade e apontou a aliança entre exploração de classe e opressão de sexo: salários menores, dupla jornada, falta de profissionalização, falta de creche” (GIULANE, 1997, p. 650).

Em contrapartida também encontramos desigualdades entre as próprias mulheres nestes movimentos feministas, podendo observar um movimento com maior participação de mulheres acadêmicas, que muitas vezes não consideram outras mulheres excluídas dos discursos

feministas. Dessa forma, consideramos importante discutir aqui as desigualdades entre homens e mulheres, mas também refletir sobre as desigualdades entre as mulheres, ampliando a potencialidade deste movimento, desde que visualize todas as mulheres que diariamente se engajam em movimentos buscando relações mais igualitárias de gênero (PUIGVERT, 2001-a).

Nesse sentido, são lutas feministas as conquistas diárias das mulheres para a divisão das tarefas domésticas, as que denunciam os maus tratos, as mães que sozinhas criam seus filhos e filhas. É possível destacarmos a história de muitas mulheres brasileiras e da América Latina, as quais iniciam suas lutas se fazendo porta-vozes na conquista pelos direitos negados de cidadania. Assim, observamos a capacidade de organização das mulheres ao longo da história, em defesa dos seus interesses e necessidades frente a determinadas situações de exclusão.

Apesar dos avanços, ainda identificamos uma sociedade em que limitações e oportunidades são apresentadas de formas diferentes para homens e mulheres, na busca por construir seres heterossexuais e com identidade de gênero. A fim de pensarmos as relações das mulheres em nossa sociedade, sem o intuito de binarizar os homens e as mulheres¹, mas de compreensão de uma realidade social histórica de opressão das mulheres, destacamos que em nossa sociedade somos ensinadas/os a sermos mulheres ou homens de diversas maneiras e por diferentes pessoas, instituições e meios, a partir de alguns mecanismos utilizados para produzir e reproduzir as desigualdades de gênero e manter a dominação masculina. Dulce Whitaker considera que tais mecanismos variam enormemente no tempo e no espaço, para além dos arquétipos² sociais que não resolvem a complexidade do tema.

¹ Faz-se necessário esclarecer que compreendemos a crítica de Judith Butler (2001) em relação a visão binária que produz o “bom” e o “mal”, “ativo e passivo”, a “saúde e doença”, defendendo a constituição de novas categorias para além do feminino e do masculino. Isso porque essa visão binária estaria inscrita num modelo “heterossexual” não apenas como uma opção sexual, mas também como “uma cosmovisão que ordena o que existe através de um aparato normativo que restringe a vida em um duplo movimento: definindo o normal e excluindo o anormal” (p. 95). Assim Butler defende a necessidade de novas categorias capazes de destruírem as categorias binárias, as quais reforçam desigualdades. A partir disto compreendemos que é de fato necessário pensarmos na superação das categorias tradicionais de masculino e feminino, porém, utilizamos aqui tais categorias diante da realidade que vivenciamos cotidianamente, em que somos socializados ainda seguindo tal divisão. Aceitar as diferenças não significa defendê-las, mas sim interpretá-las para pensar formas de fazer diferente, formas em que possamos refletir sobre essa condição, bem como a natureza e causa das desigualdades entre homens e mulheres. Acreditamos que negá-las simplesmente, pela destruição das categorias, não é transformador. Para aprofundar ver BECK-GERNSHEIM, Elisabeth; BUTLER, Judith; PUIGVERT, Lúcia. **Mujeres y transformaciones sociales**. Barcelona: El Roure, 2001.

² Whitaker utiliza arquétipos no sentido de Jung: “disposições hereditárias que fazem parte do inconsciente coletivo” (WHITAKER, 1988, p.10). Por meio dos arquétipos tenta-se reduzir a complexidade da dominação masculina, a fim de justificar tais diferenças que implicam em desigualdades e diferenças de oportunidades para as mulheres. Questões como estas colocam os homens e as mulheres em dois arquétipos diferentes: o “homem caçador”, musculoso, correndo pela floresta em busca de caça e de frutos para a “fêmea frágil” que, dentro da caverna, cuida do filhote, tipos ideais que nunca realmente existiram.

Não esqueçamos ainda que reduzir as diferenças entre homens e mulheres é muito simplista, existem diferenças entre os próprios homens, entre mulheres e mulheres, além das diferenças étnicas, culturais, religiosas, políticas, etc. Num primeiro plano, “as diferenças entre homens e mulheres são óbvias, já que ocorre concretamente em nível do corpo”, no funcionamento glandular e nas funções reprodutivas. A questão que se apresenta é que a sociedade, a fim de manter o referente masculino, busca “reinterpretá-las de modo simbólico e artificial”, transformando-as em desigualdades sociais que atingem diferencialmente mulheres do mundo inteiro (WHITAKER, 1988, p. 10).

Podemos analisar tais diferenças, ainda hoje, desde o momento da gravidez, em que existem significados diferentes em “esperar” por homens ou mulheres. Já nesta fase, observamos o jogo de expectativas em relação à diferença de comportamentos que se deseja para os dois sexos. Tais expectativas “garantem menos valor biológico à mulher, o que se inicia no seio da família e afeta a sociedade como um todo” (ibid).

Para além da gravidez, ao longo da infância e adolescência, são esperados comportamentos diferentes para as meninas, que devem ser frágeis, delicadas, brincar com bonecas, já aprendendo as tarefas do lar e, para os meninos, que não devem chorar, sobem em árvores, brincam de carrinho e exploram os espaços com maior liberdade. É claro que muitas meninas fogem ao modelo, mas, em geral, busca-se uma socialização voltada para que realizem as “tarefas de mulher”, preocupação que as acompanhará ao longo de suas vidas.

Nesta socialização, observamos ainda que a solidariedade entre as mulheres também não é estimulada. Na verdade as mulheres brincam juntas e se solidarizam, mas isso não é reforçado por nossa sociedade, muito pelo contrário, somos estimuladas a competir e brigar pelos homens, o que a televisão nos ensina muito bem. Nessa forma de educação das relações impõe-se a rivalidade entre as mulheres. Elas se tornam encarregadas do controle moral, responsáveis pelo comportamento das outras, gerando competitividade.

Whitaker também chama atenção para a desvalorização da história das mulheres, que não é história somente das mulheres, mas da humanidade, e que precisa ser registrada, a fim de valorizar a categoria social por elas constituída³. A autora destaca que nos séculos XVI e XVII as bruxas eram cientistas, farmacêuticas, químicas e médicas, mas foram queimadas porque era

³ Tais elaborações foram discutidas por Dulce Witaker, em palestra realizada na UFSCar, durante o seminário “O papel dos estudos feministas na transformação das relações de gênero”, organizado em 12 de março de 2008, pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa – NIASE, em parceria com a Prefeitura Municipal de São Carlos.

preciso acabar com a ciência feminina. Observamos que historicamente tentou-se esconder os feitos das mulheres cientistas, tornando-as invisíveis na história mundial. As mulheres são valorizadas apenas quando exercem o poder de forma masculina ou quando se tornam mártir.

Quando aprendemos a história do Brasil, por exemplo, ela começa com a chegada do homem branco, as mulheres são “apêndices da colonização” e “a mulher negra é lembrada como mãe-preta ou objeto sexual” (WHITAKER, 1988, p. 59). Algumas mulheres escapam e aparecem solitárias na história (Anita Garibaldi, Chica da Silva, etc). Whitaker pergunta: “onde ficou a mulher paulista que administrava as propriedades durante as prolongadas ausências dos bandeirantes?” (ibid, p. 59). As mulheres faziam parte do povo e o povo oprimido nunca era lembrado; apenas recentemente vem fazendo parte da história. Mas isso não significa que as mulheres não estavam presentes ou não fizeram história. A questão é que não conhecemos a verdadeira história da humanidade, que é a história do povo.

Ao falarmos da não existência das mulheres na história e na ciência, é importante considerar ainda que, além de não fazerem parte dessa construção, os preconceitos contra as mulheres foram confirmados por algumas bases científicas, por filósofos, cientistas e escritores. Os teólogos cristãos, por exemplo, hostilizaram as mulheres. “Tertuliano considerava a mulher como “a porta do demônio”. Lamenias a caracterizava como a “estátua viva da burrice”. Mas aqueles que se opunham ao cristianismo também discriminavam as mulheres. Nietzsche e Voltaire invocaram argumentos pseudo-científicos para afirmar que as mulheres eram inferiores. O primeiro disse que “a mulher é um brinquedo perigoso”. Segundo este autor “o homem deve ser educado para a guerra e a mulher para a recreação do guerreiro”. O segundo chegou a dizer que o sangue delas é mais “aquoso”, prova cabal de sua inferioridade”. Diderot escreveu que, “apesar de terem uma aparência de civilizadas, elas continuam a ser, interiormente, verdadeiros selvagens”⁴. Compreendemos que formulações como estas, pseudo-científicas, provocam incomensuráveis danos enfrentados cotidianamente por todas as mulheres.

Tais processos não são inexoráveis, estamos em uma época de transição e muitas são as conquistas no sentido da igualdade de gêneros. Enquanto as mulheres transformam diariamente suas vidas, a sociedade, a escola, a família e as instituições como um todo ainda se esforçam na ideologia da inferioridade da mulher. Muitos modelos ainda estão presentes na televisão, pela

⁴ Ver: UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO. **Violência contra a mulher e a impunidade: uma questão política**. São Paulo: Ministério da Cultura, 2008. 3 ed. p. 10-12.

vinculação de imagens femininas e masculinas tradicionais, padrões aos quais somos submetidas desde muito cedo em nossas vidas.

Nesse sentido, Puigvert aponta que a auto-percepção negativa de si mesmas, diante de uma história não valorizada, provoca em muitas mulheres o sentimento de impossibilidade de mudança social em suas vidas, “são mulheres que tem interiorizado o discurso exclutor dominante” (2001-a, p. 64).

Destacamos a discussão feita por Mello (2003) em torno da auto-exclusão. A autora verifica, a partir da exclusão cultural como maneira de desqualificar qualquer tipo de cultura que não a dominante, o sentimento de inferioridade, de inadequação e até mesmo de incompetência. Tal auto-exclusão gera baixa auto-estima, que advém de todas as formas de segregação que a sociedade nos coloca (como as segregações por sexo/gênero, raça, escolaridade, território, “normalidades” frente às necessidades especiais e por idade).

Temos na auto-exclusão um fator da não participação de mulheres em espaços públicos, por sofrerem preconceitos e por não serem incluídas na produção do conhecimento valorizado, principalmente quando não escolarizadas. Aqui podemos identificar que existe um grupo de mulheres protegido socialmente e que consegue cada vez mais conquistar sua emancipação, enquanto outros grupos, por sofrerem diferentes exclusões e preconceitos, terão maiores dificuldades, sendo mais sensíveis à auto-exclusão.

Mello (2003) discute que muitas vezes compreendemos a auto-exclusão de mulheres, pessoas mais velhas, adultas e outros grupos, como um problema pessoal, “como se não tivessem interesse ou vontade de estar nos lugares, ou de aprender”, e não atentamos para o fato de que essas pessoas estão se defendendo de um processo de exclusão ideologicamente imposto. A autora destaca que: “Dentre os grupos excluídos, vale ressaltar que as mulheres compõem, em qualquer outra divisão que se possa usar (classe social, etnia ou idade), o grupo mais afetado pela exclusão social, pela exclusão cultural e pela auto-exclusão” (ibid, p. 2).

Em contrapartida, a autora também destaca a capacidade que as mulheres têm para, em grupo, poderem superar processos de auto-exclusão, em relações de solidariedade, criação de sentido e diálogo. Quando as mulheres começam a se transformar, a mostrar a sua movimentação, exigem que os homens e toda a sociedade se movimentem também, construindo, diariamente, relações de gênero mais igualitárias.

Nessa direção, faz-se necessário discorrer sobre as relações de gênero, fornecendo maior compreensão à leitora e ao leitor, visto que tal categoria analítica tem despertado a atenção de diferentes estudiosos e estudiosas, numa tentativa de compreender e identificar as causas da ideologia machista, que perpassam todos os espaços, do público ao privado, atingindo homens e mulheres de diferentes formas.

2.1. As Relações Sociais de Gênero

“Eu me lembro uma vez que eu tinha uns 15 anos e uma mulher apareceu e me chamou pra trabalhar com ela, ela era uma professora. O pai até deixou, mas a mãe disse, não, mulher não, se sair de casa não volta mais, porque já não é igual. Isso minha mãe que era mulher, mas pra ela também mulher era só pra trabalhar na casa, não podia trabalhar fora, e eu com aquela vontade de trabalhar, ganhar pra mim, ter as minhas coisinhas...morria trabalhando na roça, mas se eu fosse não podia voltar [...] Mulher trabalhando na marcenaria? Como pode? Os homens não agüentaram...às vezes eu passo na rua e escuto eles falando baixinho da gente. Ah, mais a gente tem que enfrentar as coisas...sendo mulher ou homem não pode desanimar, tem que enfrentar”

(Rosa)

Enquanto conceito na tentativa de explicar a subordinação feminina, os estudos de gênero são recentes, surgindo efetivamente na década de 1980. Uma análise das relações de gênero parte da premissa que

a divisão de trabalho e as relações entre homens e mulheres não são construídas em função de suas características biológicas, senão de um produto social que legitima as relações de poder dentro de um processo histórico que pode ser transformado. Portanto, gênero é uma categoria social que permite analisar papéis, responsabilidades, limitações, e oportunidades, que se dão de forma diferente, para homens e mulheres, no interior da unidade de produção, da família, da comunidade e da sociedade (ABRAMOVAY & SILVA, 2000, p. 348).

A explicação inicialmente encontrada para as relações estabelecidas entre homens e mulheres advinha do patriarcado, fortalecido pela maternidade e pela sexualidade. O patriarcado compreende um tipo hierárquico de relação que confere direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. Pode ser definido como um sistema ou organização social de dominação masculina sobre as mulheres, que foi adaptando-se aos tempos ao longo da história. Implica principalmente a divisão de espaços sociais a partir do gênero e uma pior valorização do espaço considerado feminino sobre o considerado masculino (SCOTT, 1995).

Para algumas autoras, como Saffioti (2004), a base material do patriarcado ainda não foi totalmente destruída.

Numa outra direção estão os “estudos sobre as mulheres”, que resgataram a condição de vida das mulheres, tornando-as visíveis na história. Dessa forma, observou-se a necessidade de situar a subordinação das mulheres no tempo, no espaço e em diferentes relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres e também homens e homens, bem como no funcionamento da sociedade, em que exige delimitações como classe social, raça/etnia, idade, estado civil, lugar, entre outras (PALOMINO, 2004, p. 41).

Dessa forma gênero não é um conceito que remete a uma categoria de análise diretamente relacionada ao grupo em que homens e mulheres estão inseridos: “não é o corpo ou a reprodução que define o que é ser homem ou mulher, mas sim a leitura que uma determinada cultura faz da diferença entre os sexos” (PITANGUY, 2002, p. 112). Assim, cada grupo vai definir o significado de masculino e feminino nas suas socializações e nas relações intersubjetivas, em que, homens e mulheres significam o seu mundo.

Podemos concluir, então, que gênero é uma construção social variável no tempo e nas diferentes sociedades, e, portanto, pode ser modificada, reinterpretada, negociada e reconstruída. Para Cruz (1998, p. 27), existe uma conduta que é considerada adequada aos sexos e o gênero refere-se às características sociais destas condutas, que freqüentemente são associadas às características biológicas. A perspectiva de gênero é uma opção e um compromisso pela mudança de um sistema de dominação e discriminação, a qual afeta aos homens e mulheres, numa perspectiva em que “tanto as mulheres como os homens devem participar na identificação e desenho de seus projetos de vida” (ibid).

É importante notar que falar de gênero não é o mesmo que falar de mulher, tendo em vista que as relações de gênero se constroem com mulheres e homens, independente de sua opção sexual e afeta toda a sociedade. Assim, o problema das mulheres é problema de todas e de todos, é problema da família, bem como de todas as mulheres e não somente de mulheres privilegiadas socialmente.

Nessa direção, salientamos o cuidado nestas compreensões, para não reforçar as desigualdades existentes:

As relações de gênero evidentemente refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres. Eis porque o machismo não constitui privilégio de homens, sendo a maioria das mulheres também suas portadoras. Não basta que um dos gêneros conheça e pratique as atribuições que lhe são conferidas pela sociedade; é imprescindível que cada

gênero conheça as responsabilidades-direito do outro gênero. Não se trata, no entanto, da lógica da complementaridade. As relações de gênero não derivam de características inerentes ao macho e a fêmea, que se complementam na cópula procriadora. Concepções de gênero, organicamente construídas, inter-relacionam-se dialeticamente, dando, assim, ensejo a superação das contradições nelas contidas, através da prática política (SAFFIOTI, 1992, p. 193).

Aprofundando essa discussão, destacamos o conceito de gênero como um “nó” descrito por Saffioti (2004), abarcando relações qualitativas de uma simbiose da qual participam gênero, classe e etnia/raça. O denominado “nó de gênero” não significa simplesmente juntar gênero + racismo + classe social, mas perceber a realidade complexa e nova que resulta desta fusão (ibid, p. 115). A questão é qualitativa e não quantitativa, por exemplo, quando pensarmos numa mulher pobre e negra. Ela não terá dificuldades simplesmente porque é negra e também trabalhadora. Efetivamente essa mulher não é dupla ou triplamente discriminada, não são variáveis mensuráveis e quantitativas, mas sim de “determinações, de qualidades, que tornam a situação dessas mulheres muito mais complexas” (*op. cit.*).

Nessa dinâmica, cada contradição do nó não atua livre e isoladamente, cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos, inclusa na organização da estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade historicamente constituída. As relações de classe, gênero e raça/etnia como contradições, são relações “fundidas ou enoveladas”, tendo mobilidades em suas componentes⁵ (ibid, p. 35).

Dessa forma, compreendemos a importância de utilizar o conceito das relações de gênero como um nó, por concordarmos com a autora ao dizer que o gênero enovelado com classes sociais e racismo apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, mas, também, uma contradição de interesses, ou seja, a preservação do *status quo* de dominação masculina, branca e classista. No entanto, destacamos que tais complexidades do “nó” tornam a situação de algumas mulheres muito mais desiguais do que a vivida por outras mulheres.

Segundo Mello, existem dois grandes elementos a se considerar nos estudos de gênero:

as desigualdades sociais históricas existentes entre homens e mulheres, mas também entre mulheres de diferentes classes sociais e de diferentes raças/etnias, e o direito à diversidade

⁵ Ao utilizarmos este conceito de Saffioti é importante perceber que não estamos dizendo que apenas as mulheres pobres e negras sofrem desigualdades de gênero, principalmente tendo em vista, como diz Faria, que é mais fácil reconhecer a exclusão econômica e política e muito mais difícil perceber a exclusão e dominação que fazem parte das nossas relações cotidianas, como as questões de gênero (FARIA, 2005, p. 15). Perceber a complexidade do nó nos alerta às diferenças de oportunidades na construção de relações mais igualitárias para todas as pessoas.

e à diferença identitária nos processos de vida. Trata-se do princípio de igualdade de diferenças: nem homogeneização identitária em nome de igualdade social, nem justificação de processos de desigualdade social e violência em nome da preservação de identidades⁶.

No que tange às diferenças identitárias como necessárias aos estudos de gênero, Lúcia Puigvert (2001-b) salienta que é fundamental o respeito à necessidade de transformar as categorias identitárias que têm orientado as relações de gênero, fugindo do “essencialismo que nos faz vítima delas” (p. 96). Porém, aponta o diálogo e a reflexão como forma de abertura de ditas categorias. Segundo a autora, as transformações sociais das relações de gênero nos mostram que, para além da superação das categorias identitárias tradicionais de masculino e feminino, temos também que pensar os diferentes tipos de feminismos, tais como das feministas libertárias ou das feministas donas de casa.

Para Puigvert, seguindo uma visão foucaultiana de identidade, em que “la identidad se establece en función de lo normal posible, resultado del poder, limitación a nuestra capacidad de acción, constituyendo, por tanto, algo a combatir” (ibid, p. 96), é preciso desconstruir (destruir) a nossa identidade e todas as normas que a regem. Porém, a partir da significação das reivindicações protagonizadas por diferentes movimentos sociais, os quais partem de características comuns consideradas traços identitários, a autora questiona:

Debiéramos preguntarnos si, *como mujeres*, las normas de género que constituyen nuestra identidad son un lastre del que nos debemos deshacer, sin más, para conseguir una mayor libertad, o si – tras someterlas a reflexión - podemos esgrimir las para construir una sociedad donde lo plural no sea lo excluyente, sino lo complementario; donde no seamos víctimas, sino artífices de las normas – siempre en proceso – que rige las relaciones entre los géneros (PUIGVERT, 2001-b, p. 96).

Dessa forma, compreende a necessidade de reflexões a partir de uma categoria aberta, flexível, que seja resultado de diálogo entre diferentes identidades possíveis e não destruição de identidades, considerando sempre a existência do outro e a pluralidade de vozes: “de esta manera,

⁶ Elaboração generosamente cedida pela Profa. Dra. Roseli Rodrigues de Mello, seguindo discussões sobre relações de gênero, identidade e feminismo dialógico. Esclarecemos que o princípio da igualdade de diferenças corresponde à necessidade de luta pelo igual direito à diferença, para que todas e todos possamos escolher ser diferentes. Parte do pressuposto que todas as pessoas são iguais e diferentes, porque todas/os temos o direito de viver e pensar de maneira diferente e ser respeitadas/os por isso. Em diálogo podemos refletir sobre essas diferenças para a criação de acordos e possibilidade de respeito (FLECHA, 1997). Tal princípio está localizado no conceito da aprendizagem dialógica, à luz da ação comunicativa de Habermas (1987) e dialogicidade em Paulo Freire (1994, 2005). Discorreremos sobre estas elaborações em nosso terceiro capítulo, o qual se refere às bases teórico-metodológicas que guiam esta investigação.

lo otro no se define ‘en contraposición a’, sino como ‘complementario a’” (ibid). É precisamente neste processo de pluralidade de vozes, de reconhecimento do outro que as identidades se reformulam, que se abrem novos elementos e as identidades se transformam: “la causa de nuestra opresión no son las identidades, sino el contexto en el que éstas tienen lugar. Para ello hemos de orientar nuestra acción hacia la erradicación de las condiciones que nos sitúan en posiciones desiguales” (ibid, p. 103)⁷.

É nessa direção, refletindo sobre as desigualdades históricas e seculares entre homens e mulheres e também entre diferentes mulheres, na busca pelo igual direito à diferença e construção dialógica de identidades, que refletimos sobre as elaborações teóricas, políticas, culturais e ideológicas em torno das relações de gênero. Tais reflexões estão em consonância com as teorias do feminismo dialógico, que discorreremos no terceiro capítulo desta investigação, na medida em que se apresenta como uma das bases que compõe o nosso referencial teórico-metodológico.

Porém, antes de aprofundar o referencial citado, faz-se necessário discorrer sobre a realidade das mulheres no mundo do trabalho e o significado da economia solidária na vida das mulheres. Com isso, podemos ampliar a nossa compreensão diante da especificidade desta investigação ao se tratar de mulheres inseridas num empreendimento coletivo autogestionário, buscando novas possibilidades de geração de renda e significando o trabalho realizado por mulheres.

3.2. O Feminismo Dialógico: um novo olhar sobre as mulheres e as relações de gênero

“Se não é contado não é valorizado e por mais que pensem que não, muitas mulheres estão fazendo história”.

(Camélia)

A teoria do feminismo dialógico, construída pela autora Lúcia Puigvert (2001-a), na busca de coerência com o anúncio para além da denúncia e em consonância com os princípios da aprendizagem dialógica, apresenta a tentativa de buscarmos um caminho de superação das relações de opressão sofridas pelas mulheres, mas também na relação de opressão entre as mulheres. Tal feminismo é pensado a partir da ação coordenada das mulheres, sem discriminação de nível de estudo, geração, classe social e raça/etnia, na luta por direitos para mulheres, incluído

⁷ A discussão que privilegia o diálogo na formulação das identidades está contida no feminismo dialógico, a partir do princípio de igualdade direito à diferença.

o direito ao atendimento de necessidades específicas da vida feminina nos diferentes grupos, gerações e culturas.

Nessa direção, o princípio da igualdade de diferenças torna-se de fundamental importância. Tal princípio, em relação às categorias de gênero, pretende dois objetivos: “(1) dibujar un nuevo panorama de convivencia entre diferentes identidades no centrado en el desconocimiento del outro, y (2) aclarar los mecanismos de puesta en práctica del proceso de reformulación de normas de género” (PUIGVERT, 2001-b, p. 99).

Para maior compreensão, analisamos distintas fases do feminismo, a partir das conquistas das mulheres com os avanços da Modernidade. Conforme destacamos, o feminismo é um dos movimentos sociais que tem lutado no mundo e na América Latina em busca de melhores condições para a vida das mulheres. São várias suas vertentes; podemos citar o feminismo libertário, o feminismo marxista, o feminismo pós-moderno, entre outros. Todos com importantes aportes para a resolução de questões que dizem respeito à vida e ao cotidiano das mulheres.

A primeira fase do feminismo corresponde às posições que as feministas adotaram no século XX, denominado feminismo da igualdade, o qual, sem dúvida, foi revolucionário para a sociedade ao lutar pelo direito ao sufrágio feminino, pelo acesso igualitário à educação, pelo direito ao trabalho, equiparação dos salários, etc. Este feminismo baseia-se principalmente em tudo o que a igualdade com respeito ao homem se refere, partindo de interesses individuais, coletivos, sociais e políticos das mulheres, mas levou um grupo reduzido a pensar por todas.

Tal concepção, considerada homogeneizadora da igualdade, em que somente algumas mulheres (as acadêmicas) consideravam-se portadoras dos valores progressistas, pretendeu integrar as mulheres como se todas fossem iguais, desconsiderando os diferentes conhecimentos e reduzindo a igualdade de oportunidades. Assim, “confundieron homogeneización con derecho a ser iguales y libertad de elección con diferencia” (PUIGVERT, 2001-a, p. 166).

Há que se considerar que a modernidade mudou de forma radical a vida das mulheres, as quais mostraram a sua capacidade de ação e, ainda, que o balanço geral desta fase é positivo, tendo em vista o início de propostas de muitos coletivos sociais para a mudança. A crítica de Puigvert é que “la Modernidad se convirtió en un proyecto totalizador donde una pequeña minoría se sentía portadora de la verdad”. Verdade esta concentrada nas mãos de poucas lideranças, as quais se esqueciam de temas importantes que afetavam todas as mulheres até o

momento silenciadas (2001-b, p. 33). O feminismo dessa fase desconsiderava que todas as mulheres tinham capacidades para refletir sobre suas transformações.

Numa segunda fase do feminismo, o feminismo da diferença, outra postura das feministas do século XX, Puigvert (ibid.) destaca a influência das correntes pós-modernas, partindo das identidades femininas a partir das diferenças, defendendo uma mulher mais autônoma, centrando-se nas diferenças entre os homens e elas mesmas. Essa fase surge como crítica ao conceito de igualdade homogeneizante, negando as regras masculinas para todas as mulheres.

O debate deste feminismo é baseado nas identidades femininas, entendidas a partir das diferenças, destacando primeiramente as preferências sexuais e identidades familiares e mais tarde a diversidade de etnias, sexualidades e classes, contra um único modelo de ser mulher. A crítica de Puigvert (2001-a, p.167) a essa fase é que reconhecia unicamente as diferenças, podendo aumentar as desigualdades, uma vez que reivindicava a afirmação das “sensaciones y los deseos individuales como las mejores vías para desarrollar un nuevo feminismo libre de imposiciones”⁸. Para a autora, essa segunda fase defende, por exemplo, a transexualidade, não porque representa uma escolha livre da sexualidade, mas porque se contrapõe às práticas impostas até agora de heterossexualidade.

Embora também reconheçamos os avanços desta corrente de pensamento, a dificuldade estava em esquecer o marco da luta igualitária pela não possibilidade de diálogo e comunicação entre as pessoas, desconsiderando que nem todas as pessoas têm o mesmo direito de ser diferente, o que, segundo Camisón (2006, p. 2) “torna a luta fragmentada surgindo um determinismo derrotista e imobilista”. Aprofundando a crítica, Puigvert diz que são teorias desconstrucionistas, à medida que não acham possível construir uma teoria geral sobre a subordinação da mulher. São correntes que destroem tanto os postulados etnocentristas da desigualdade como a afirmação da igualdade de direitos das mulheres. Para a autora, nessas teorias se defende um direito de igualdade e diferença desvinculado do direito de igualdade, o que impede transformações nas relações para todas as mulheres, mas as promove somente para pequenos grupos determinados,

⁸ Neste contexto o feminismo da diferença encontra-se centrado em desvelar as características que separam os gêneros (a nível físico, biológico, cognitivo) e a impossibilidade de igualdade, tendo como consequência o rompimento dos laços solidários pelos quais haviam lutado outras mulheres. Neste panorama, a partir de Puigvert (2001-b, p. 39), algumas questões se apresentam: Qual é a utilidade dessas idéias para a superação real da situação de opressão de milhões de mulheres? Sobre que bases podemos articular demandas sociais? Isto porque nos parece que o objetivo das mulheres não é simplesmente conquistar um espaço de poder até agora alheio. Dessa forma, em função de que podemos ganhar espaços às mulheres? Com a desaparecimento da intenção? Com o fim da consciência reflexiva? A isso a autora responde: “liberar el pensamiento de la cárcel de la razón es, simplemente, poco práctico para que, por ejemplo, las mujeres afganas puedan eliminar las barreras sociales que las oprimen” (ibid).

“sin coordinar acciones conjuntas para transformar las relaciones de género y la sociedad en general” (PUIGVERT, 2001-b, p. 52).

Dessa forma, o feminismo dialógico também defende que as mulheres possam desenvolver seus sentimentos, porém, a partir da igualdade e não simplesmente das individualidades e dos desejos que esquecem das “outras mulheres”⁹. Como exemplo, podemos destacar as mulheres que se entendem emancipadas, trabalham fora, mas exploram outras mulheres em suas casas, nos serviços de limpeza¹⁰.

Falamos ainda de uma terceira fase do feminismo, que corresponde ao feminismo da diversidade. Essa fase, iniciada no início do século XXI, tem suas origens na segunda fase descrita, porém, foi protagonizada por feministas mais jovens, as quais radicalizaram o uso da diversidade no feminismo como forma de libertação das mulheres. A esta fase, Puigvert (2001-b, p. 167) diz não se opor radicalmente, mas reflete que ele tentou “retroceder os avanços dos movimentos feministas”, destruindo “as emancipações que tanto custaram às mulheres de outras gerações conquistarem”. Para a autora, esta corrente apresenta a diversidade como um novo valor, mas a diversidade já existia durante a história da humanidade, porém, nem sempre com respeito a esta diversidade, sendo privilégio apenas de pessoas com proteção social.

Observamos, assim, que o feminismo dessas últimas tendências passou por uma fase de monopólio de mulheres acadêmicas, as quais consideram as outras mulheres como tradicionais, ou até mesmo, submissas. É a partir destas reflexões que Puigvert desenvolve a teoria do feminismo dialógico, seguindo o desejo de radicalizar os valores democráticos no feminismo, a partir do igual direito que todas as pessoas têm de “ser e viver de forma diferente”. Para a autora (2001-a, p. 169), este é o “conceito novo”, sendo, em termos típicos-ideais, a possibilidade de conquistar valores morais universais, com base no diálogo intersubjetivo, incluindo as vozes de

⁹ As “outras mulheres” são aquelas que estão nos movimentos de base, as mulheres não acadêmicas que muitas vezes são esquecidas pelas discussões do feminismo. Mulheres que muitas transformações cotidianas constroem nas suas relações, mas que não são consideradas, ou que não estão completamente protegidas socialmente para assumirem suas escolhas. Nas palavras de Puigvert (2001-b, p. 42) “Las otras mujeres son todas àquellas que han ido quedando al margen de nuestros discursos y luchas feministas por no ser académicas o pertenecer a minorías culturales, es decir, son la inmensa mayoría de las mujeres excluidas de la formulación de prioridades y temas seleccionados por el movimiento que hemos generados las académicas e occidentales”.

¹⁰ Vale considerar que, quando as mulheres exploram outras mulheres, ainda não se libertaram. É ilusória a visão de libertação das mulheres quando ainda exploram outras mulheres, por exemplo, em serviços não valorizados socialmente. Segundo Freire (1996), a pessoa oprimida ao se libertar liberta também o opressor, “a liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa de seus direitos em face de autoridades” (p. 105).

diferentes mulheres, diretamente a partir de suas próprias organizações e valorizando as conquistas de mulheres das gerações anteriores.

No desenvolvimento desta teoria, a autora destaca suas inquietações ao participar de centros de educação de pessoas jovens e adultas e observar transformações realizadas por muitas mulheres, enquanto percebia a distância que havia entre essas conquistas e a teoria desenvolvida na universidade. A autora narra sua participação em um encontro de mulheres rurais, o qual foi decisivo para sua trajetória pessoal e intelectual: “descubrí la fuerza y la posibilidad de transformación de aquellas mujeres sin formación universitaria; su capacidad de organización en movimientos de mujeres y su convencimiento de que, a través de ellos, podían cambiar el rumbo de sus vidas” (PUIGVERT, 2001-b, p. 31). Em relação à literatura, diz que percebia o contraste entre a literatura feminista que lia e a problemática daquelas outras mulheres: “más que de las diferencias de sueldos entre economistas hombres y economistas mujeres, protestaban por las desigualdades entre economistas y mujeres de la limpieza” (ibid). Tais inquietações a impulsiona ao desenvolvimento de uma teoria que buscasse representar uma pluralidade de mulheres, capazes de decidir o sentido de suas vidas.

Para Puigvert, o eixo que deve ser privilegiado nas discussões de gênero é a busca pela valorização e efetivação dos direitos humanos como “términos capaces de sostener el principio de la igualdad partiendo del reconocimiento de la diversidad” (2001-b, p. 48). A autora reforça a necessidade de respeito aos direitos de todas e todos, e destaca o direito humano da mulher não ser violentada (e violência não apenas física, mas também sexual ou psicológica, bem como de dano moral ou patrimonial)¹¹.

Podemos observar que uma pequena parcela de mulheres tem obtido ganhos significativos, tanto no mercado de trabalho quanto no acesso às liberdades individuais e em termos de participação na vida pública. Por outro lado, uma grande maioria de mulheres experimenta trabalhos precarizados, arcam sozinhas com o sustento dos/as filhos/as, além de sofrer todas as conseqüências da diminuição dos serviços sociais e do aumento da violência.

Faria (2005, p. 17) analisa que as mulheres pobres são tratadas como mais uma das “patologias sociais”, alvo de políticas compensatórias, pois se entende que se são mais educadas cuidarão melhor da família. São vistas como melhores gestoras dos recursos governamentais

¹¹ Puigvert analisa que os direitos humanos apresentam debilidades e devem ser revisados a partir de uma perspectiva dialógica, a partir de aspirações que não foram consideradas. Porém não devem ser ignorados, tendo em vista que já significam conquistas da humanidade que precisam ser vivenciadas na prática.

porque estariam mais preocupadas com o bem-estar dos filhos do que delas próprias, e por isso, são as beneficiárias das políticas, tais como renda mínima, acesso ao microcrédito, título de propriedade da casa. O que é também importante para as mulheres, diante das desigualdades históricas, mas “não são vistas como cidadãs, com direito a auto-determinação e autonomia pessoal, mas a partir da sua responsabilidade com a família”.

Exatamente por isso é que o feminismo dialógico preocupa-se em incorporar as mulheres no diálogo sobre a igualdade, sobre os diferentes modos de ser mulher, sobre suas necessidades e interesses. Parte da concepção que não existe uma maneira única de ser mulher e que compartilhar distintas experiências é enriquecedor para as mulheres, desde a teoria à prática, ou por pertencer a diferentes realidades culturais ou grupos sociais. A incorporação de outras realidades no debate, permite recuperar temas fundamentais que aparentemente estão superados.

Dessa forma, salientamos o cuidado para que os debates sobre as mulheres não estejam relacionados com as necessidades de apenas um grupo de mulheres, principalmente somente mulheres acadêmicas, pois pode ter como consequência a criação de um mito que a igualdade está conquistada. Para que mais mulheres se identifiquem com os movimentos feministas e reivindiquem seus direitos é necessário incorporar suas vozes, suas necessidades e seus pontos de vista em um plano de igualdade.

Em resumo,

la lucha por la “liberación feminista” es una lucha conjunta de todas las mujeres que desean mejorar sus formas de vida y que rechazan tanto la autoridad que ejercen sobre ellas los hombres, como invertir los papeles iniciando ellas esa autoridad. Forman parte de esta lucha coordinada, desde las obreras que fueran obligadas a dejar los estudios y a trabajar en el campo o en fábricas en condiciones pésimas (a la vez que mantenían su rol de “amas de casa”), hasta las burguesas, educadas primero para ser perfectas señoritas e luego señoras. No valorar en esta lucha la tarea que muchas mujeres burguesas realizaron para mejorar las condiciones de trabajo de las obreras y la resonancia que tuvo su labor a favor de una mejor preparación cultural y profesional de la mujer sería tan equivocado como asumir que la lucha feminista la originaron solo ellas. Se trataría de un error tan grave como afirmar que las clases obreras – las mujeres sin estudios – no participaron de esta lucha, como si otorgáramos al silencio impuesto la aceptación de una vida humillante. (PUIGVERT, 2001-a, p. 31).

Assim, finalizamos esta discussão visualizando a escolha política do feminismo dialógico como uma possibilidade da reafirmação da mulher enquanto protagonista social, como uma busca para que o maior número possível de mulheres possa escolher como quer que seja sua vida e seja respeitada por isso. Em outras palavras, como possibilidade de conquistas de relações mais igualitárias de gênero, a partir do diálogo, sem que nos limitem as alternativas e possamos refletir

melhores oportunidades. Neste feminismo vemos que a proposta é que nós mulheres possamos ser autônomas e independentes, sentindo mais apoio e podendo compartilhar com outras mulheres nossas idéias, para, assim, iniciar as transformações dos contextos e das relações.

O objetivo não é “transgredir”, mas conseguir construir relações mais satisfatórias, livres e igualitárias, ampliando nossas expectativas, acordando as normas com as pessoas que nos rodeiam cotidianamente, e é por isso que optamos fazer a leitura da realidade das mulheres e das relações de gênero nesta pesquisa a partir do feminismo dialógico.

Nesta investigação, tal perspectiva fez-se fundamental para a compreensão das conquistas e obstáculos que se apresentam às marceneiras no processo de construção e vivência de um empreendimento solidário, bem como ao respeito no diálogo das relações de gênero entre a pesquisadora e as marceneiras, sem que houvesse tentativa de colonização dos conhecimentos, mas que ambas as partes envolvidas pudessem refletir juntas a respeito de como as relações de gênero se manifestam na marcenaria e na vida das mulheres marceneiras, para, a partir disso, decidirem como querem continuar suas construções. Assim, vemos no feminismo dialógico uma utilidade prática na realidade social das pesquisas e estudos de gênero.

Somado ao feminismo dialógico e contribuindo para o diálogo entre mulheres, apresenta-se a metodologia comunicativa crítica, a qual, na busca pela reflexão e intersubjetividade no processo da pesquisa, em muito contribuiu para a coerência buscada neste processo de investigação realizado com as mulheres marceneiras do Assentamento Pirituba II.